

Estudo do INCA revela diminuição no consumo de cigarros ilícitos no Brasil

Houve recuo no percentual de cigarros ilegais consumidos no Brasil: de 42,8%, em 2016, para 38,5%, em 2017. É o que mostra o estudo Vigitel 2017 e Estimativa de Consumo de Cigarros Ilícitos no Brasil, baseado em metodologia publicada recentemente no American Journal of Public Health. A pesquisa contraria as estimativas da indústria tabageira - cuja metodologia é desconhecida - que indicariam proporção maior e crescente do mercado ilegal. Os novos números foram divulgados em outubro, em Genebra, na Suíça, pela Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq), que tem a secretaria-executiva ocupada pelo INCA.

Especialistas do INCA/Conicq integram a delegação brasileira que participou, em Genebra, da 8ª Conferência das Partes (COP-8) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). A CQCT é o tratado da Organização Mundial da Saúde (OMS) da ONU, assinado por 181 países (o Brasil o ratificou em 2005), criado em resposta à pandemia do tabagismo, que causa imensos prejuízos à saúde, às finanças dos países e ao meio ambiente.

O estudo do INCA mostra que a quantidade de cigarros ilegais (quase que a totalidade oriunda de contrabando do Paraguai) consumidos no Brasil caiu de 39,7 bilhões, em 2016, para 34,9 bilhões, em 2017. No mesmo período, houve aumento do consumo de cigarros legais, de 53,1 bilhões para 55,8 bilhões. Os resultados indicam reversão da tendência observada entre 2014 e 2016, quando o consumo dos ilegais cresceu, e o de cigarros legais, diminuiu.

Queda estagnada

O levantamento também cita dados da pesquisa Vigitel, que mostram que a forte inclinação para queda no número

de fumantes no Brasil, iniciada no fim de anos 80, parece estar estabilizada: a prevalência de fumantes nas capitais brasileiras ficou praticamente inalterada entre 2016 (10,16%) e 2017 (10,11%).

“Observamos com preocupação a estagnação na queda da prevalência de fumantes. Apesar da forte redução nas últimas décadas, o tabagismo continua responsável pela morte no Brasil de 428 pessoas por dia e por um custo anual de quase R\$ 57 bilhões para o país em despesas médicas e perda de produtividade”, afirma Tânia Cavalcante, secretária-executiva da Conicq/INCA.

Tânia defende a elevação dos impostos e preços dos cigarros, que, segundo ela, se provou ser a política mais efetiva para reduzir o tabagismo no Brasil e está prevista no artigo 6º da CQCT. Ela explica que essa política está perdendo sua efetividade porque, desde 2016, o preço mínimo de R\$ 5 por maço (R\$ 0,25 por unidade) e a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) relativo ao cigarro permanecem os mesmos.

Segundo a especialista, o argumento da indústria tabageira contra o aumento de preço mínimo e impostos do cigarro foi por terra com o novo estudo do INCA. A alegação era que essa política incentiva o consumo de cigarros ilegais. A pesquisa, porém, mostra justamente o contrário: queda no consumo de cigarros ilegais e aumento no consumo dos produtos legais. “Os preços mínimos e impostos estão baixos, e devemos elevá-los para que o valor do maço volte a ser um obstáculo importante para o consumo de cigarros legais. Simultaneamente, precisamos implementar as medidas para combater o contrabando de cigarros ilegais, previstas no Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, que é parte da CQCT e foi ratificado pelo Congresso brasileiro em junho”, acrescenta Tânia.

A delegação brasileira conseguiu aprovar na COP-8 uma decisão de reconhecimento da importância de executar alternativas economicamente viáveis para que os agricultores que plantam folhas de tabaco possam mudar sua cultura. O Brasil é o maior exportador mundial de tabaco em folha, cuja produção envolve mais de 150 mil famílias em cerca de 700 municípios, principalmente dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Os especialistas alertam que o país precisa se preparar para a tendência irreversível de queda na demanda por tabaco, determinada pela redução mundial no consumo e pela migração para cigarros eletrônicos.

